

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE  
**PARECER SOBRE A  
DESAFETAÇÃO DE ÁREAS  
SUJEITAS A REGIME FLORESTAL**

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

## 1. Apresentação

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do Despacho Conjunto de 15 de fevereiro de 1991, publicado no n.º 54 do DR (II Série), de 6 de março de 1991, “nos processos tendentes à desafetação de áreas sujeitas ao regime florestal total ou parcial, a Direção-Geral das Florestas<sup>(1)</sup> deve, antes de submeter o processo ao Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação<sup>(2)</sup>, solicitar parecer à CCDR competente em razão do território (...)”. O parecer da CCDR deve ser emitido no prazo de 30 dias após a receção do pedido, sob pena de ser considerado favorável.

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação destes processos.

Esta norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

## 2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelo seguinte diploma legal:

- **Despacho Conjunto**, de 15 de fevereiro de 1991, publicado no n.º 54 do DR (II Série), de 6 de março de 1991.
- **Decreto-Lei n.º 4/2015**, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo - CPA).
- **Portaria n.º 314/2010**, de 14 de junho (taxas).

---

<sup>(1)</sup> Atualmente designada por Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, criado pelo Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho.

<sup>(2)</sup> Atualmente designado por Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

### 3. Tramitação dos processos

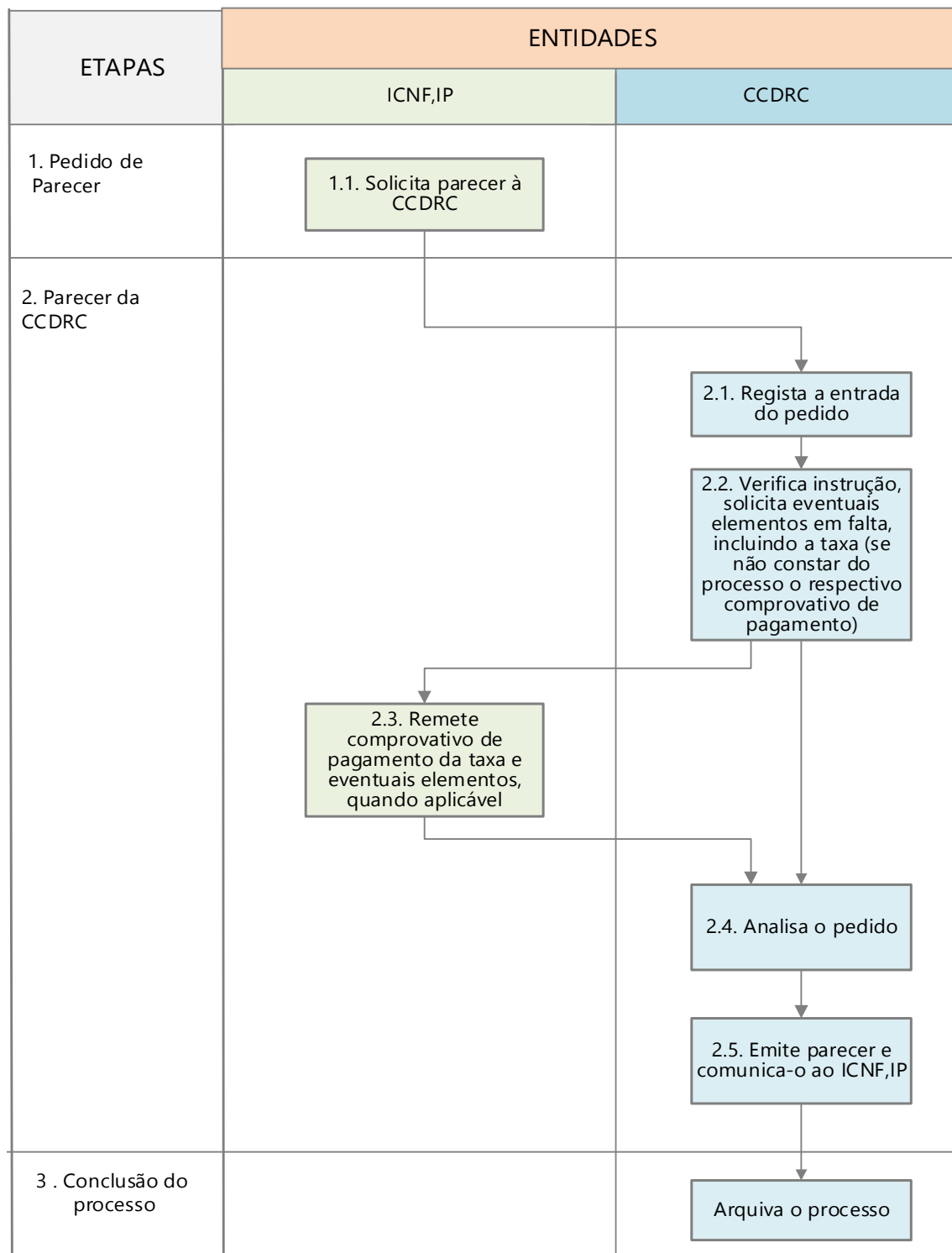
Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos de emissão de parecer sobre a desafetação de áreas sujeitas a regime florestal.

A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<a href="#">Despacho Conjunto</a>	<p><b>1. Pedido de parecer</b></p> <p>1.1. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, IP) apresenta o pedido de parecer à CCDRC (<i>n.º 1 do Despacho Conjunto</i>).</p>
<a href="#">Despacho Conjunto</a>  <a href="#">Portaria n.º 314/2010</a>  <a href="#">Decreto-Lei n.º 4/2015 (CPA)</a>	<p><b>2. Parecer da CCDRC</b></p> <p>2.1.A CCDRC regista a entrada do pedido.</p> <p>2.2.A CCDRC verifica a instrução do processo, solicitando eventuais elementos que se mostrem necessários para a sua apreciação, incluindo a taxa, se não constar do processo o respetivo comprovativo de pagamento (<i>Portaria n.º 314/2010, Anexo – Item III, 3.5</i>).</p> <p>2.3. O ICNF, IP envia os elementos solicitados, quando aplicável, e remete o comprovativo de pagamento da taxa à CCDRC</p> <p>Nota: O pagamento é efetuado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;</li> <li>▪ Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:</li> </ul>

<p><a href="#">Despacho Conjunto</a></p> <p><a href="#">Portaria n.º 314/2010</a></p> <p><a href="#">Decreto-Lei n.º 4/2015</a> <a href="#">(CPA)</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>–Multibanco (preferencialmente);</li> <li>–Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR;</li> <li>–Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.</li> </ul> <p>2.4. A CCDRC procede à análise do processo.</p> <p>2.5. A CCDRC emite o parecer sobre o pedido de desafetação, e comunica-o ao ICNF, IP.</p> <p>Nota:</p> <p>O parecer da CCDRC deve ser comunicado ao ICNF, IP no prazo de 30 dias após a recepção do pedido, desde que este se encontre devidamente instruído. Se esse prazo for ultrapassado, o parecer é considerado como favorável (<i>n.º 2 do Despacho Conjunto</i>).</p>
---	--

#### 4. Fluxograma da tramitação



**5. Modelo de requerimento sobre pedidos de desafetação de áreas sujeitas a regime florestal, disponível no portal da CCDRC em:**

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Desafetação de áreas submetidas ao regime florestal (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 6/2019)